



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:14

Componente Curricular: MSA1951 - DIREITO DO CONSUMIDOR

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: A Política Nacional de Proteção do Consumidor. Sujeitos da relação de consumo. Responsabilidade civil no direito do consumidor. Práticas comerciais. Proteção contratual. As novas tecnologias da informação e comunicação e o Direito do Consumidor. A tutela judicial e extrajudicial do consumidor. Órgãos de proteção.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Objetivo Geral

Compreender os fundamentos e instrumentos da Política Nacional de Proteção do Consumidor, analisando a disciplina das relações de consumo, a responsabilidade civil, as práticas comerciais, a proteção contratual e os desafios decorrentes das novas tecnologias, bem como os mecanismos de tutela judicial e extrajudicial.

Objetivos Específicos

1. Identificar os sujeitos da relação de consumo e as principais práticas comerciais, contratuais e de responsabilidade civil previstas no direito do consumidor.
2. Analisar criticamente a atuação dos órgãos de proteção, assim como os meios de tutela judicial e extrajudicial dos direitos do consumidor.
3. Avaliar os impactos das novas tecnologias da informação e comunicação sobre as relações de consumo e a proteção jurídica do consumidor.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Unidade I – Fundamentos e Estrutura do Direito do Consumidor • Política Nacional de Proteção do Consumidor. • Sujeitos da relação de consumo. • Responsabilidade civil no direito do consumidor.	15	5	
II	Unidade II – Práticas Comerciais e Proteção Contratual • Práticas comerciais. • Cláusulas abusivas e proteção contratual. • Relações de consumo e contratos de adesão.	15	5	
III	Unidade III – Novos Desafios e Mecanismos de Proteção • As novas tecnologias da informação e comunicação e o Direito do Consumidor. • Tutela judicial e extrajudicial do consumidor. • Órgãos de proteção e fiscalização.	10	10	

Competências e Habilidades

- Comunicar-se verbalmente e por escrito sobre temas do Direito do Consumidor, interpretando textos legais, atos administrativos, contratos e decisões judiciais, com a devida utilização do vocabulário técnico e normas jurídicas aplicáveis.
- Analisar a Política Nacional de Proteção do Consumidor, a responsabilidade civil, as práticas comerciais, a proteção contratual e os efeitos das novas tecnologias, compreendendo criticamente os impactos sociais, econômicos e culturais dessas relações.
- Pesquisar, selecionar e utilizar legislação, jurisprudência, doutrina e documentos técnicos relativos ao Direito do Consumidor, aplicando os resultados em estudos de caso e atividades acadêmicas.
- Reconhecer os mecanismos de tutela judicial e extrajudicial do consumidor, bem como a atuação dos órgãos de proteção, exercendo a prática acadêmica com observância aos princípios éticos e jurídicos.
- Desenvolver raciocínio lógico e argumentação jurídica fundamentada, articulando normas e princípios do

Direito do Consumidor a fim de promover a reflexão crítica e a persuasão em debates e atividades práticas.

- Avaliar situações concretas das relações de consumo, definindo estratégias de solução jurídica lícitas, éticas e criativas, diante dos diferentes cenários apresentados pelo mercado de consumo contemporâneo.

Metodologia

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas dialogadas, voltadas à apresentação dos conteúdos teóricos e à problematização dos temas centrais do Direito do Consumidor. Complementarmente, serão realizadas atividades práticas relacionadas aos conteúdos ministrados, de modo a estimular a aplicação dos conceitos em situações concretas de consumo.

Como estratégia de integração curricular, será incentivada a utilização das atividades de trabalhos acadêmicos e apresentações de seminários vinculados a outros componentes curriculares do semestre letivo em que se encontra o discente, sendo estas incorporadas como atividades avaliativas. Essa metodologia possibilitará tanto a demonstração prática da assimilação dos conteúdos quanto a consolidação da aprendizagem teórica ministrada.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Benjamin, Antonio Herman V.. Manual de direito do consumidor . 7.ed. rev. atual. amp.. Revista dos Tribunais. 2016. ISBN: 978-85-203-6860-2 (Broch.)

Bolzan, Fabrício. Direito do consumidor esquematizado® . . Saraiva. 2013. ISBN: 978-85-02-19685-8 (Broch.)

Tartuce, Flávio. Manual de direito do consumidor: direito material e processual. 6.ed. rev., atual. e ampl.. Forense. 2017. ISBN: 978-85-309-7333-9 (Encad.)

Referências Bibliográficas Complementares

Almeida, João Batista de. Manual de direito do consumidor . 5.ed. rev.. Saraiva. 2011. ISBN: 978-85-02-11053-3 (Broch.)

Braga Neto, Felipe P.. Manual do direito do consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. 9.ed. rev. amp. atual.. JusPODIVM. 2014. ISBN: 857761902-8 (Broch.)

Cavaliere Filho, Sergio. Programa de direito do consumidor . 3.ed.. Atlas. 2011. ISBN: 978-85-224-6317-6 (Broch.)

Filomeno, José Geraldo Brito. Curso fundamental de direito do consumidor . 3.ed.. Atlas. 2014. ISBN: 978-85-224-9064-6 (broch.)

Nunes, Rizzatto. Curso de direito consumidor . 8.ed. rev. e atual.. Saraiva. 2013. ISBN: 978-85-02-20080-7 (Enc.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:15

Componente Curricular: MSA1954 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Tutela de conhecimento e executiva: diferenciações. Princípios da função executiva. Título Executivo. Processo de Execução: sujeitos, competência, requisitos, títulos executivos extrajudiciais, exigibilidade, responsabilidade patrimonial, espécies de execução. Execução de Alimentos, Execução contra a Fazenda Pública e Execução Fiscal. Embargos à execução, suspensão e extinção do processo de execução. Processo nos tribunais. Sistema recursal cível. Recursos: teoria geral e meios de impugnação das decisões judiciais.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS AO PROCESSO DE EXECUÇÃO:

- 1.1 Compreender a distinção entre tutela de conhecimento e tutela executiva.
- 1.2 Analisar os princípios, procedimentos e peculiaridades do processo de execução, tanto de títulos judiciais quanto extrajudiciais.
- 1.3 Entender os problemas relacionados à efetividade do processo de execução.
- 1.4 Incentivar o desenvolvimento de habilidades de pesquisa, interpretação jurídica e argumentação com base em temas atuais e relevantes.
- 1.5 Capacitar os alunos na elaboração de peças processuais típicas da execução, quando no estudo couber esse tipo de atividade prática.
- 1.6 Investigar a aplicação das normas de execução em diferentes contextos;
- 1.7 Analisar a jurisprudência atual dos Tribunais Superiores sobre temas relevantes no processo de execução.
- 1.8 Desenvolver um artigo científico ou resumo expandido que explore soluções para a maior efetividade da execução.

2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS RELACIONADOS AO SISTEMA RECURSAL, ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PRECEDENTES:

- 2.1 Compreender os fundamentos e as principais características do sistema recursal no CPC/2015.
- 2.2 Analisar o papel do sistema de precedentes no contexto dos recursos.
- 2.3 Investigar a ordem de tramitação dos processos nos tribunais e os critérios para sua priorização.
- 2.4 Estudar a uniformização de jurisprudência e os mecanismos utilizados.
- 2.5 Examinar os recursos em espécie, suas hipóteses de cabimento e suas peculiaridades.
- 2.6 Identificar questões atuais e controvérsias relacionadas à matéria recursal no Brasil.
- 2.7 Desenvolver a habilidade de interpretar decisões judiciais relacionadas ao sistema recursal brasileiro.
- 2.8 Identificar os principais argumentos utilizados em casos práticos e sua relação com a doutrina e a legislação.
- 2.9 Analisar o impacto prático de decisões judiciais em temas emblemáticos e polêmicos do sistema recursal.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Tópicos e Conteúdo da Unidade 1 Aula 01: Diferença entre a tutela de conhecimento e a executiva. Classificações da tutela executiva: título judicial e extrajudicial. Princípios do processo de execução. Aula 02: Aspectos processuais e procedimentais do processo de execução: legitimidade, competência, responsabilidade patrimonial,	20	0	

	fraudes e impenhorabilidade. Aula 03: Procedimentos: cumprimento de sentença e execução de título extrajudicial. Aula 04: A penhora: tipologia e sua efetividade. A adjudicação. A alienação. Defesas do executado. Suspensão e extinção do processo de execução. Aula 05: Primeira avaliação. Seminários temáticos: parte teórica e elaboração de peças processuais:			
II	Tópicos e Conteúdo da Unidade 2 Aula 06: Sistema de precedentes, conceituação, eficácia/efeitos, distinguishing e overruling. Aula 07: Ordem dos processos nos Tribunais: procedimentos, relatório, colocação em pauta, sustentação oral, pedido de vista, técnica de ampliação do colegiado, poderes do relator. Aula 08: Procedimentos específicos nos Tribunais: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR); Incidente de Assunção de Competência (IAC); Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (IAI); Ação Rescisória e Reclamação. Aula 09: Recursos: aspectos gerais, princípios, remessa necessária, recurso adesivo, juízos de admissibilidade e de mérito. Aula 10: Segunda Avaliação	20	0	
III	Tópicos e Conteúdo da Unidade 3 Aula 11: Embargos de Declaração e Apelação Cível. Aula 12: Tipologia dos agravos: agravo de instrumento, agravo interno e agravo em Recurso Extraordinário ou Especial. Aula 13: Recursos específicos: ordinário, especial, extraordinário e embargos de divergência. Aula 14: Preparação de peças processuais recursais: EDcl; Ap. Cível, Agravos, RE, REsp e ED. Apresentação pelos discentes e correção em sala de aula. Aula 15: Terceira avaliação: Apresentação de um resumo expandido e/ou projeto para elaboração de artigo científico.	20	0	

Competências e Habilidades

- 1 Responder à sociedade pela qualidade da formação acadêmica oferecida pela Instituição, sempre no intuito de buscar a efetividade da prestação jurisdicional.
- 2 Ter a possibilidade de manifestação dos conhecimentos produzidos, das condutas, competências e habilidades desenvolvidas, para atingir os objetivos do Curso e o perfil do bacharel que se pretende formar, notadamente comprometido com a Justiça.
- 3 Formar bacharéis em Direito, qualificados para o exercício profissional nas esferas pública e privada, comprometidos com a ética e a aplicação da Ciência do Direito às necessidades e aos problemas locais, regionais e nacionais.
- 4 Formar cidadãos críticos, competentes e aptos ao exercício da profissão e da cidadania, respaldado numa concepção de educação humanística e cidadã, buscando o equilíbrio entre o preparo científico, técnico e humanístico.
- 5 Formar profissionais-cidadãos com habilidades técnico-jurídicas para o exercício consciente das diversas atividades da área jurídica, com ênfase nas questões atinentes aos problemas legais processuais, notadamente do processo de execução e manejo das peças recursais além do conhecimento do sistema de precedentes.
- 6 Interpretar os dispositivos legais do Código de Processo Civil que tratam do processo de execução e dos recursos, assim como a doutrina correlata.
- 7 Expor o conteúdo programático, vivenciando situações práticas relacionadas à Disciplina e seus conceitos para a continuação do curso jurídico.
- 8 Estimular os discentes em atividades de pesquisa, mediante a apresentação dos resultados em seminários temáticos, confecção de resumos expandidos e artigos científicos.

Metodologia

- Aulas expositivas;
- Estudo de textos;

- Técnica de trabalho em grupo;
- Seminários temáticos;
- Análise de casos e elaboração de peças processuais;
- Atividades fora da sala de aula (estudo dirigido e atividades de pesquisa);
- Visitas técnicas.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais. 20.ed. rev. atual e ampl.. Juspodivm. 2023. ISBN: 978-85-442-4209-4 (Broch.)

Didier Júnior, Fredie. Curso de direito processual civil: execução. 13.ed. rev., ampl. e atual.. Juspodivm. 2023. ISBN: 978-85-442-4260-5 (Enc.)

Assis, Araken de. Manual de execução . 19.ed. rev. atual. amp.. Revista dos Tribunais. 2017. ISBN: 978-85-203-7262-3 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Theodoro Júnior, Humberto. Curso de direito processual civil . 57.ed.. Forense. 2023. ISBN: 978-65-5964-727-9 (Broch.)

Montenegro Filho, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral do recurso, recursos em espécies, processo de execução. 5.ed.. Atlas. 2009. ISBN: 978-85-224-5390-0 (Broch.)

Jorge, Flávio Cheim. Teoria geral dos recursos cíveis . . Revista dos Tribunais. 2013. ISBN: 978-85-203-4762-1 (Broch.)

Azzoni, Clara Moreira. Recurso especial e extraordinário: aspectos gerais e efeitos. . Atlas. 2009. ISBN: 9788522455515 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:15

Componente Curricular: MSA1940 - DIREITOS CULTURAIS

Carga Horária: 30 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa:

Noções Gerais dos Conceitos de Cultura e de Direitos Culturais. Ordenação constitucional da cultura no Brasil. Tratamento jurídico-constitucional da cultura. Direitos culturais como direitos fundamentais. Princípios constitucionais culturais. Federalismo cultural, Sistema Nacional de Cultura e repartição de competências em matéria cultural. Papel do Estado frente aos Direitos Culturais: os diferentes modelos. Proteção, fomento e difusão da cultura. Proteção do patrimônio cultural: mecanismos e instrumentos administrativos, legislativos e judiciais. Proteção à criação e à produção cultural: direitos autorais como direitos culturais. Legislação federal de incentivo e fomento à cultura (PRONAC, Audiovisual e relações jurídico-trabalhistas no setor cultural).

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Apresentar aos discentes a polissemia do conceito de cultura nas ciências sociais e humanas.

Discutir o conceito de direitos culturais a partir de sua especificidade no campo jurídico, sem menosprezar a interdisciplinaridade com outras searas das ciências sociais e humanas, bem como apresentá-los o contexto histórico de sua constituição como campo do conhecimento.

Compreender as mais diferentes funções e atuações do Estado em matéria cultural, bem como também da sociedade civil.

Identificar e assimilar os princípios constitucionais culturais e demais normas constitucionais acerca da matéria.

Compreender a legislação cultural infraconstitucional atual e recepcionada pela Constituição a partir da interpretação e tratamento sistêmico com as normas de natureza constitucional.

Analisar os principais conjuntos normativos nacionais e internacionais de proteção, fomento e difusão da cultura.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	1. Noções Gerais do Conceito de Cultura e a Cultura no ordenamento constitucional brasileiro 1.1 A noção antropológica de cultura. 1.2 Histórico do tratamento jurídico-constitucional da cultura no Brasil. 1.3 Direitos Culturais como direitos fundamentais. 1.4 Garantias dos Direitos Culturais. 1.5 Tipos de normas constitucionais relativas aos Direitos Culturais. 1.6 Princípios constitucionais culturais 1.7 Repartição de competências legislativas e administrativas na área da cultura e o papel do Estado. 1.8 Políticas culturais.	10	0	
II	2. Proteção do Patrimônio Cultural e da Produção Cultural 2.1 Patrimônio Cultural Material e Imaterial. 2.2. Os instrumentos de proteção: tombamento, registro, inventário, lei do patrimônio arqueológico, paisagem cultural, Estatuto dos Museus, Tesouros Vivos. 2.3 Mecanismos processuais de proteção do patrimônio cultural: Ação Popular e a Ação Civil Pública. 2.4 Direitos autorais como direito cultural. 1.5 As relações de trabalho e de serviços no espetáculo.	10	0	

III	3. Incentivos e Fomento à Cultura 3.1 Leis de Incentivos Fiscais. 3.2 Programa Nacional de Apoio à Cultura e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura. 3.3 Fundos Públicos e Orçamento. 3.4 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e a Cultura. 3.5 Editais culturais.	10	0	
-----	--	----	---	--

Competências e Habilidades

Desenvolvimento das capacidades discentes de identificação, compreensão e resolução de conflitos jurídico-sociais no campo cultural, envolvendo os direitos culturais em sua especificidade.

Estímulo à capacitação e atualização permanente das mudanças legislativas na seara cultural.

Metodologia

Aulas expositivas com a criação de ambiente interativo a partir de provocações, questionamentos e problemáticas decorrentes de casos conflituosos da realidade e do campo jurídico-cultural, com a apresentação das principais fundamentações teóricas sobre as situações tratadas.

A disciplina se utilizará da estratégia da apresentação e debate de textos, capítulos de livro e artigos de periódicos dada a constante atualização jurídica da matéria, com a solicitação de resenhas ou gravação de vídeos ou podcasts sobre alguns dos tópicos tratados na disciplina.

Estimula-se que as resenhas possam ser publicadas em periódicos, boletins e revistas especializadas.

É facultada a apresentação, ao final da disciplina, dos resultados de pesquisa exploratória sobre quaisquer dos temas versados na disciplina de Direitos Culturais, como alternativa à avaliação por provas individuais (objetivas e subjetivas) – em regra aplicadas em cada unidade.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Cunha Filho, Francisco Humberto. Teoria dos direitos culturais. 2.ed. São Paulo: Sesc, 2020.

Cunha Filho, Francisco Humberto. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília Jurídica. 2000. ISBN: 85-7469-128-3 (Broch.)

Costa, Rodrigo Vieira; Telles, Mário Ferreira de Pragmácio. Cultura e direitos culturais. Lumen Juris. 2017. ISBN: 978-85-519-01-31-1 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Cesnik, Fábio de Sá. Guia do Incentivo à Cultura. 3 ed., rev., ampl. São Paulo: Manole, 2015.

Furtado, Celso. Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura. Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado. 2012. ISBN: 978-85-7866-045-1 (Broch.)

Olivieri, Cristiane Garcia. Cultura neoliberal leis de incentivo como política pública de cultura. Escrituras. 2004. ISBN: 8575311174 (Broch.)

Políticas culturais: teoria e prática. . Itáu Cultural#&Fundação Casa de Rui Barbosa. 2011. ISBN: 978-85-7979-020-1 (Broch.)

Souza, Allan Rocha de . Direitos culturais no Brasil . . Beco do Azogue. 20132. ISBN: 978-85-7920-089-2 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:16

Componente Curricular: ACS0506 - EMPREENDEDORISMO (1200213)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Conceito de empreendedorismo. Origens do empreendedorismo. O empreendedor como líder. A visão da oportunidade de negócios. Como transformar a visão em um negócio. Como começar um novo empreendimento. Causas da mortalidade de empresas. Tipos de empreendedorismo: intra-empendedor, empendedor privado, empendedor social, mulher empreendedora, criatividade, iniciativa, intuição e mapa de competência.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Desenvolver a atitude criativa e o espírito empreendedor dos estudantes, propiciando-lhes as competências técnicas necessárias e aprimoramento para desenvolver, analisar e implementar ideias de negócios, bem como conduzi-las gerencialmente, tornando-as viáveis administrativa, financeira e operacionalmente. Discutir teorias de empreendedorismo e de empreendedor. Apresentar possibilidades de assessorias e financiamentos de negócios. Apresentar a estrutura de um plano de negócios.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	INTRODUÇÃO AO EMPREENDEDORISMO Origem, Conceitos e teorias do empreendedorismo 1.1 Características do Empreendedor 1.2 O processo empreendedor 1.3 Empreendedor como líder. Características do Empreendedor. 1.4 Tipos de empreendedorismo 1.5 Identificando oportunidades 1.6 Estudos de caso.	12	8	
II	PLANEJAMENTO EMPREENDEDOR 2.1 Planejamento e sua importância 2.2 Causas da mortalidade de empresas 2.3 Processo de inovação 2.4 Como transformar a visão em negócio. 2.5 O Plano de Negócios. Etapas, Estrutura e importância. 2.6 Estudos de caso.	12	8	
III	PLANO DE NEGÓCIOS 3.1 Análise estratégica e de Mercado 3.2 Plano de Marketing 3.3 Plano Financeiro 3.4 Alternativas para captação de recursos para novos empreendimentos. 3.5 Consolidação e criação de um modelo de negócio.	12	8	

Competências e Habilidades

Tendo como base a Resolução CNE/CES nº 04/2005, Art. 4º, o curso de Administração da UFERSA deve propiciar oportunidades para que o formando tenha as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e buscar soluções para os problemas organizacionais, de forma ética, crítica e reflexiva;

II - pensar estratégica e sistemicamente, em nível local, regional, nacional e internacional; considerando as

dimensões políticas, econômicas, ambientais e culturais;

III - comunicar-se e expressar-se de maneira compatível com o exercício profissional;

IV - raciocinar de forma lógica, criativa e analítica para atuar criticamente na esfera organizacional; V - operar com valores e formulações matemáticas auxiliando no processo de tomada de decisões;

VI - iniciativa política, administrativa e de aprendizagem, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional, em conformidade com o Código de Ética dos Profissionais de Administração (Conselho Federal de Administração - CFA);

VII - capacidade de articular conhecimentos da vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável e flexível;

VIII - capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações, consultoria em gestão, pareceres e perícias administrativas.

Metodologia

Aulas expositivas e dialogadas. Debates em sala de aula. Trabalhos em equipe (seminários). Atividades práticas. Poderão ser utilizados recursos didáticos variados, tais como: artigos, estudos de caso, vídeos, filmes, entre outros.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Dornelas, José. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 7.ed.. Empreende. 2018. ISBN: 978-85-66103-05-2 (Broch.)

Lima, Brendha Rodrigues de. Empreendedorismo no Brasil - 2016 . . IBQP. 2017. ISBN: 978-85-87446-22-0 (Broch.)

Dornelas, José. Criação de novos negócios: empreendedorismo para o século XXI. 2.ed.. Campus. 2014. ISBN: 978-85-352-6458-6 (Broch.)

Referências Bibliográficas Complementares

Maximiano, Antonio Cesar Amaru. Administração para empreendedores . 2.ed.. Pearson Prentice Hall. 2011. ISBN: 978-85-7605-876-2 (Broch.)

Carvalho Júnior, Luiz Carlos de. Pólos industriais do Sul do Brasil experiência de competitividade e empreendedorismo. . [S.n.]. 2007. ISBN: (Broch.)

Salim, Cesar Simões. Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. . Campus. 2010. ISBN: 978-85-52-3466-4 (Broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:17

Componente Curricular: MSA1982 - ÉTICA PROFISSIONAL

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: História das ideias éticas. Definição e objeto da Ética. Ética e Moral. Problemas éticos atuais. Normas éticas em vigor e mecanismo institucional de controle no campo jurídico profissional: Magistratura, Ministério Público e Advocacia. Sociologia da moral no campo jurídico profissional.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Compreender os fundamentos filosóficos da ética, suas relações com o Direito e a moral, e sua importância para o exercício das profissões jurídicas;

Analisar criticamente os códigos de ética das principais carreiras jurídicas, identificando seus princípios, deveres, sanções e implicações práticas;

Desenvolver habilidades de reflexão ética diante de dilemas profissionais reais, por meio do estudo de casos concretos e da jurisprudência dos órgãos de controle ético (CNJ, CNMP, OAB, entre outros);

Reconhecer a ética como algo imprescindível à ciência, à vida em sociedade e à atividade profissional dos juristas.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Unidade I – Temas de Teoria Geral da Ética - Apresentação do plano de curso e metodologia de avaliação. Introdução à ética: conceito, ligação da ética com a filosofia e estudo e prática da ética; - Relações entre ética, Direito e moral; - Ética, profissão e Códigos de Ética.	20	0	
II	Unidade II – Profissões e Códigos de Ética - Ética na Magistratura; - Ética no Ministério Público; - Ética na Advocacia; - Ética na Docência; - Ética, Pesquisa Acadêmica e Inteligência Artificial.	12	8	
III	Unidade III – Ética no Campo Jurídico Profissional - Estudos de casos (Magistratura); - Estudos de casos (Ministério Público); - Estudos de casos (Advocacia); - Estudos de casos (Docência/pesquisa).	12	8	

Competências e Habilidades

A disciplina possibilita a formação profissional que revela as seguintes habilidades e competências:

a) demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos;

- b) demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- c) adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação;
- d) aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- e) desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos;
- f) apreender conceitos deontológico-profissionais.

Metodologia

A disciplina será conduzida por meio de aulas expositivas dialogadas, aliando exposição teórica à análise crítica de textos jurídicos, filosóficos e normativos, com vistas ao desenvolvimento de uma compreensão aprofundada da ética profissional no campo jurídico. Serão utilizadas metodologias ativas, com ênfase na aprendizagem centrada no(a) estudante, visando ao desenvolvimento de competências analíticas, argumentativas e éticas. Tais metodologias incluem a construção de mapas mentais, o uso de problemas como ponto de partida para o aprendizado (PBL), debates estruturados, análise de casos concretos, resenhas críticas e seminários dirigidos. Na Unidade I, voltada aos fundamentos da Teoria Geral da Ética, os(as) discentes serão avaliados por meio de prova dissertativa individual e da elaboração contínua de mapas mentais sobre cada aula, como forma de consolidação ativa e visualização dos conteúdos discutidos. Na Unidade II, dedicada ao estudo das profissões jurídicas e seus respectivos códigos de ética, os(as) alunos(as) participarão de debates temáticos em sala e serão desafiados, ao final, a resolver problemas reais por meio da metodologia de PBL (Problem-Based Learning), em grupos, com base em casos práticos e nas normas deontológicas das diferentes carreiras jurídicas. Além disso, textos serão indicados para leitura e posterior resenha. Na Unidade III, o enfoque será a análise de casos concretos e notórios que envolvam dilemas éticos nas profissões jurídicas, com vistas à construção de um olhar crítico e fundamentado. Os(as) discentes realizarão seminários dirigidos, nos quais apresentarão suas análises a partir de casos reais acerca do controle da ética pelos órgãos oficiais (CNJ, CNMP, Tribunais de Ética da OAB, entre outros). Ao longo do curso, espera-se a reciprocidade ativa dos discentes, por meio de leituras prévias, participação em discussões, produção de sínteses e resolução de atividades práticas. A disciplina valorizará a integração entre conteúdo teórico, experiências profissionais e pesquisa, promovendo a formação ética crítica e responsável dos(as) discentes.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética: geral e profissional. 16.ed. SaraivaJur. 2023.

NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 8.ed. Revista dos Tribunais. 2011.

MAIA, Mario Sergio Falcão. Ética no campo jurídico profissional: normas e conflitos no "mundo" do direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

Referências Bibliográficas Complementares

CARAZZA, Bruno. O país dos privilégios: os novos e velhos donos do poder. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica: ética das profissões jurídicas. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

SANDEL, Michael J. Justiça. Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:17

Componente Curricular: ACS0281 - ORÇAMENTO EMPRESARIAL (1200654)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: CODIGO ANTIGO: 1200654

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

A disciplina tem por objetivo desenvolver competências prática e teórica sob orçamento empresarial, buscando despertar o interesse do aluno à pesquisa, desenvolvendo raciocínio crítico a respeito do comportamento e do desempenho das empresas sob essa premissa.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Conceitos básicos de orçamento.	10	0	
II	Orçamento de vendas. Orçamento de produção. Orçamento de despesas de distribuição e administrativas. Orçamento de Caixa. Orçamento de resultado.	15	15	
III	Controle orçamentário e revisão de dados. Demonstrações Contábeis projetadas. Aplicação Prática	10	10	

Competências e Habilidades

- Tornar o aluno apto a projetar as demonstrações contábeis da empresa.
- Compreender a utilização das projeções seja na parte gerencial ou na decisão de investimento.
- Ter capacidade inicial para calcular o valor justo da empresa.

Metodologia

Exposição teórica, exemplos práticos, resoluções de Exercícios, orientação dos trabalhos dos grupos

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Frezatti, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. 6.ed. rev. e atual.. Atlas. 2015. ISBN: 978-85-224-9908-3 (broch.)

Padoveze, Clovis. Luis., Orçamento Empresarial: Novos Conceitos e Técnicas, Editora Pearson. 2008. ISBN: 978-85-760-517-8.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Orçamento empresarial. 1. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2012. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 25 set 2025.

Referências Bibliográficas Complementares

Hoji, Masakazu. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 10.ed. atual.. Atlas. 2012. ISBN: 978-85-224-6890-4 (Broch.)

Moreira, José Carlos. Orçamento empresarial: manual de elaboração. 5.ed.. Atlas. 2013. ISBN: 978-85-224-3000-0 (Broch.)

Welsch, Glenn Albert. Orçamento empresarial . 4.ed.. Atlas. 2012. ISBN: 978-85-224-1422-2 (broch.)

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse **https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf**, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:18

Componente Curricular: MSA1962 - PRÁTICA JURÍDICA EMPRESARIAL

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Direito Processual Empresarial: elementos e ações. Prática empresarial simulada. Redação e aplicação de atos constitutivos e operativos.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Capacitar o discente para a aplicação prática dos conhecimentos teóricos do Direito Empresarial, desenvolvendo competências técnicas e habilidades profissionais necessárias ao exercício da advocacia empresarial e à consultoria jurídica no ambiente corporativo.

1.2 Objetivos Específicos

Desenvolver a capacidade de análise e elaboração de contratos empresariais, societários e comerciais;
 Habilitar o estudante para a constituição, alteração e dissolução de sociedades empresárias;
 Capacitar para o assessoramento jurídico em operações societárias, fusões, cisões e incorporações;
 Desenvolver competências na área de compliance empresarial e governança corporativa;
 Habilitar para a elaboração de pareceres jurídicos empresariais fundamentados;
 Capacitar para a mediação e arbitragem em conflitos empresariais;
 Desenvolver habilidades de negociação e consultoria preventiva;
 Preparar para o atendimento qualificado ao cliente empresarial;
 Desenvolver a capacidade de interpretação e aplicação da legislação empresarial vigente.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	Direito Processual Empresarial: elementos e ações.	10	10	
II	Prática empresarial simulada.	0	20	
III	Redação e aplicação de atos constitutivos e operativos	0	20	

Competências e Habilidades

2.1 Competências Técnicas

Domínio da Legislação Empresarial: Conhecimento aprofundado do Código Civil, Lei das S.A., Lei de Falências e Recuperação Judicial, legislação tributária empresarial e demais normas aplicáveis;
 Elaboração de Instrumentos Jurídicos: Competência para redigir contratos, estatutos, atas, termos de acordo e demais documentos empresariais;
 Análise de Riscos Jurídicos: Capacidade de identificar e avaliar riscos legais em operações empresariais;
 Assessoria Societária: Competência para orientar constituição, funcionamento e reorganização de sociedades;
 Compliance Empresarial: Conhecimento dos programas de conformidade e governança corporativa.

2.2 Competências Comportamentais

Comunicação Assertiva: Habilidade para se comunicar de forma clara e eficaz com empresários e executivos;
 Pensamento Estratégico: Capacidade de compreender o negócio do cliente e propor soluções jurídicas alinhadas aos objetivos empresariais;
 Ética Profissional: Compromisso com os princípios éticos da advocacia e confidencialidade;
 Trabalho em Equipe: Capacidade de colaborar com profissionais multidisciplinares;
 Adaptabilidade: Flexibilidade para atender às demandas dinâmicas do ambiente empresarial.

2.3 Habilidades Práticas

Redação jurídica técnica e objetiva;
Pesquisa jurídica eficiente em bases de dados especializadas;
Utilização de ferramentas tecnológicas aplicadas ao Direito;
Técnicas de negociação e mediação;
Apresentação oral de pareceres e propostas;
Gestão de prazos e processos;
Atendimento ao cliente empresarial;
Análise de demonstrações financeiras para fins jurídicos.

Metodologia

Simulações: Representação de cenários empresariais, como assembleia de acionistas, negociações contratuais e audiências de mediação;
Problem Based Learning (PBL): Resolução de problemas jurídicos complexos envolvendo múltiplas áreas do Direito Empresarial;
Aprendizagem por Projetos: Desenvolvimento de projetos práticos como constituição de empresas fictícias e elaboração de compliance programs.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

Gabriel, Sergio. Prática empresarial . 4.ed.. SaraivaJur. 2023. ISBN: 978-65-5362-566-2 (Broch.)

Mamede, Gladston. Manual de redação de contratos sociais, estatutos e acordos de sócios . 7.ed. #&rev. atual. e ampl.. Atlas. 2023. ISBN: 978-65-5977-526-2 (Broch.)
YARSHELL, Flávio Luiz. Processo Societário III. São Paulo: Quartier Latin, 2018.

Referências Bibliográficas Complementares

COX, Marcelo Dourado. Deadlock provisions: resolução contratual de conflitos societários. São Paulo: Almedina, 2017.
FRANCO, João Roberto Ferreira. Manual de operações societárias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
PEREIRA, Guilherme S. J. Enforcement e tutela indenizatória no direito societário e no mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2018.
REIS, Edgar Vidigal de A. Startups: análise de Estruturas Societárias e de Investimento no Brasil. São Paulo: Almedina, 2018.
VIDO, Elisabete. Prática jurídica empresarial. São Paulo: Saraiva, 2020

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA | Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:18

Componente Curricular: ACS0498 - TEORIA DA CONTABILIDADE (1200636)

Carga Horária: 60 horas

Unidade Responsável: DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Tipo do Componente: DISCIPLINA

Ementa: Princípios Fundamentais da Contabilidade; Critérios de Mensuração e Avaliação:
 Ativo e Passivo, Receitas e Despesas, Ganhos e Perdas. Ambiente econômico da contabilidade. O processo de tomada de decisão. Evidenciação Contábil.

Modalidade: Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

O objetivo da disciplina é proporcionar aos alunos a compreensão das bases conceituais e dos pressupostos teóricos que fundamentam a Contabilidade. Busca-se desenvolver uma visão sistêmica e crítica sobre o papel da Contabilidade nas organizações e na sociedade, incentivando a análise das transformações no ambiente contábil, especialmente no contexto das normas internacionais e suas implicações práticas. Além disso, a disciplina tem como finalidade preparar o aluno para a prática contábil, oferecendo uma sólida fundamentação teórica que suporte sua atuação profissional.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	UNIDADE I: CONTEXTO GERAL DA TEORIA CONTÁBIL Introdução à Teoria da Contabilidade - Definição, objeto e função da Contabilidade. - A Contabilidade como linguagem de negócios. - Evolução histórica da Contabilidade e principais escolas do pensamento contábil. Princípios de Contabilidade e a Estrutura Conceitual - Princípios de Contabilidade e suas aplicações. - Estrutura Conceitual Básica para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. - Harmonização das normas nacionais e internacionais (CPC e IFRS). Teorias e Paradigmas Prevalentes na Contabilidade - Teorias contábeis fundamentais: Normativa, Positiva e Crítica. - Evolução dos paradigmas contábeis e sua influência na prática. - Teorias econômicas e organizacionais aplicadas à Contabilidade: Teoria dos Contratos, Teoria de Agência, Teoria dos Prospectos, Teoria da Sinalização, Teoria da Divulgação (Disclosure), Teoria dos Stakeholders, Teoria Institucional, Teoria Semiótica.	15	5	
II	UNIDADE II: RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E RELATÓRIOS CONTÁBEIS - Ativo: critérios de reconhecimento e mensuração. - Passivo e Patrimônio Líquido: definição e mensuração. - Receitas e Ganhos: reconhecimento e mensuração. - Despesas e Perdas: conceitos e métodos de reconhecimento. - Regime de Competência e Conteúdo Informacional dos Accruals - Gerenciamento de Resultados (Earnings Management): práticas e impactos.	15	10	
III	UNIDADE III: EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL E MERCADO	10	5	

	- Evidenciação Contábil: Aspectos conceituais da divulgação das informações contábeis; Importância da transparência e qualidade da informação contábil. - Forma e Apresentação das Demonstrações Contábeis - Manipulação de Informações Contábeis: Impactos éticos e legais da manipulação de informações, Estudos de casos sobre fraudes contábeis.			
--	--	--	--	--

Competências e Habilidades

COMPETÊNCIAS:

- Utilização da terminologia e linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais.
- Visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil.
- Capacidade crítico-analítica para avaliar informações contábeis e suas implicações organizacionais.
- Domínio das funções contábeis e sua aplicação nos diferentes modelos organizacionais.
- Exercício ético e responsável da profissão contábil.

HABILIDADES:

- Aplicação adequada dos pressupostos e normas contábeis
- Avaliação crítica de demonstrações contábeis e relatórios financeiros.
- Análise de dados contábeis para apoio à tomada de decisão.
- Elaboração de pareceres e relatórios contábeis.

Metodologia

Aulas Expositivas: Abordagem teórica com participação ativa dos alunos.

Estudos de Caso: Aplicação prática dos conceitos em cenários reais.

Seminários e Debates: Discussão de temas contemporâneos e polêmicos na Contabilidade.

Trabalhos em Grupo: Desenvolvimento de projetos práticos, promovendo a interdisciplinaridade.

Laboratório Contábil: Utilização da linguagem R para simulações práticas e análise de dados contábeis.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

HENDRIKSEN, Eldon S. Teoria da Contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo : Atlas, 2009.

IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade. 12th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. ISBN 9788597028041. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597028041/>.

NIYAMA, Jorge K. Teoria da Contabilidade. 4th ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. p.3. ISBN 9788597027792. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027792/>.

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, KKN de; FRANÇA, RD de. Teorias aplicadas à pesquisa em contabilidade: Uma introdução às teorias econômicas, organizacionais e comportamentais. Editora UFPB, 2021.

BRASIL. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível em: www.cpc.org.br.

CFC. Normal Brasileiras de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>

GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos.; IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. MANUAL DE CONTABILIDADE SOCIETÁRIA: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2018.

SALOTTI, Bruno M.; LIMA, Gerlando A. S. F de; MURCIA, Fernando D.; et al. Contabilidade Financeira. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.1. ISBN 9788597022476. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022476/>.

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES
ACADÊMICAS



EMITIDO EM 08/12/2025 17:13

Componente Curricular:	ACS1220 - CONTABILIDADE AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL
Carga Horária:	60 horas
Unidade Responsável:	DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Tipo do Componente:	DISCIPLINA
Ementa:	Contabilidade ambiental: noções básicas. A contabilidade e o meio ambiente. Gestão empresarial e desenvolvimento sustentável. Contabilização de eventos ambientais (ativo, passivo, receita, custo e despesa ambiental). Formas de evidencição da informação contábil (aspectos legais e limitações). Auditoria ambiental. Relatórios socioambientais.
Modalidade:	Presencial

Dados do Programa

Quantidade de Avaliações: 3

Objetivos

Capacitar os alunos a compreender e aplicar os conceitos de contabilidade ambiental e ESG (Environmental, Social, and Governance), com foco em práticas de mensuração, evidencição e auditoria socioambiental. A disciplina busca desenvolver competências para a análise crítica de relatórios socioambientais e sua integração à estratégia empresarial, alinhando desempenho financeiro e sustentabilidade.

Conteúdo Programático

Unidade	Tópicos e Conteúdo	Nº de Horas		
		Teórico	Prático	Extensão
I	FUNDAMENTOS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL E ESG: Contabilidade Ambiental e Meio Ambiente - Noções básicas de contabilidade ambiental. - Relação entre contabilidade e o meio ambiente. - Gestão ambiental e sustentabilidade. Introdução ao ESG (Environmental, Social, and Governance) - Conceitos e dimensões do ESG. - A importância do ESG no cenário empresarial atual. - Relação entre ESG e desenvolvimento sustentável. Gestão Empresarial e Sustentabilidade - Responsabilidade socioambiental corporativa. - Integração de práticas ESG na estratégia empresarial. - Desenvolvimento sustentável e geração de valor.	10	10	
II	Mensuração e Reconhecimento Contábil de Eventos Ambientais - Contabilização de ativos, passivos, receitas, custos e despesas ambientais. - Conceitos fundamentais aplicados ao ESG: ativos, passivos, despesas e perdas socioambientais. - Indicadores ESG: mensuração e impacto financeiro. Normas e Padrões de Evidencição Socioambiental - NBC T 15 – Informações de natureza social, ambiental e de governança. - NBC TDS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade. - NBC TDS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima. - Padrões internacionais: GRI, IBASE, SASB. - Aspectos legais e limitações na evidencição contábil ESG.	10	10	

	Relatórios e Demonstrações Socioambientais • Relatório de Sustentabilidade. • Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado. • Notas Explicativas com foco socioambiental e de governança.			
III	Auditoria Ambiental e ESG • Conceitos e práticas de auditoria ambiental. • Auditoria ESG: escopo e certificações. • Padrões internacionais em auditoria ESG. • Auditoria relacionada às divulgações exigidas pelas normas NBC TDS 01 e NBC TDS 02. Impacto do ESG no Desempenho Empresarial • Relação entre ESG, desempenho financeiro e reputação. • ESG como diferencial competitivo. • Atração de investimentos sustentáveis por meio do ESG.	10	10	

Competências e Habilidades

- Compreender os conceitos fundamentais de contabilidade ambiental e ESG.
- Mensurar e reconhecer eventos socioambientais e financeiros relacionados ao ESG.
- Evidenciar informações socioambientais de acordo com normas nacionais e internacionais.
- Analisar criticamente relatórios de sustentabilidade e demonstrações financeiras ESG.
- Aplicar práticas de auditoria ESG, considerando padrões e certificações internacionais.
- Avaliar o impacto das práticas ESG no desempenho financeiro e na reputação das organizações.

Metodologia

- Aulas expositivas e dialogadas.
- Estudos de caso e análises de relatórios de sustentabilidade.
- Leitura e discussão de artigos e normas relevantes.
- Desenvolvimento de trabalhos práticos e seminários.
- Aplicação prática de R para análise de dados ESG e resolução de problemas reais.

Referências Bibliográficas Obrigatórias

ATCHABAHIAN, Ana Cláudia Ruy C. ESG: Teoria e Prática para a Verdadeira Sustentabilidade Nos Negócios - 1ª Edição 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553620500. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620500/>.

FERREIRA, Araceli C. de S.. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIBEIRO, Maísa de S. Contabilidade Ambiental - 2ª Edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. ISBN 9788502108837. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502108837/>.

Referências Bibliográficas Complementares

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial. São Paulo: Saraiva, 2011.

CEZAR, Henrique; JÚNIOR, João Bosco Arbués Carneiro. Fundamentos de Investimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2025. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. Brasília, DF: CFC, 2004. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>

KASSAI, José R.; CARVALHO, Nelson; KASSAI, José Rubens S. Contabilidade Ambiental - Relato Integrado e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597022490. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597022490/>.

TINOCO, Eduardo Prudêncio T.; KRAEMER, Maria Elisabeth P. Contabilidade e gestão ambiental, 3ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2011. E-book. p.Capa. ISBN 9788522466535. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466535/>

APROVADO PELO DEPARTAMENTO EM 15/10/2025

APROVADO PELO CONSEPE EM

Para conferir as informações contidas neste documento, acesse
https://sigaa.ufersa.edu.br/sigaa/public/componentes/busca_componentes.jsf, informando o código
do componente curricular e o nível de ensino correspondente.

SIGAA Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação
--